

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE - CNPJ 92.675.255/0001-72

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de Dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras do período foram aprovadas pela administração em 11/02/2022, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6404/76 e alterações produzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, pelas normas contábeis emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pelos pronunciamentos, orientações e interpretações do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.1 Moeda Funcional

A Companhia Carris Porto-Alegrense utiliza em suas transações correntes a moeda vigente em circulação "Real".

3.2 Classificação e reconhecimento de ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros deles provenientes fluirão para a Companhia e seus custos ou valores puderem ser determinados em bases confiáveis. Quando for improvável a geração de benefícios econômicos uma despesa é reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou constituída, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados à medida que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

Caixa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	323	373

Equivalentes de Caixa		Taxa a.a. (%)			
Banco	Modalidade	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil	BB Renda Fixa LP 100	758	254	2,7729%	1,2264%
Caixa Econômica Federal	Poupança PJ	15	15	1,4000%	1,4000%
Caixa Econômica Federal	Caixa Fic Mov. Automáticas	2.229	1.638	2,5824%	0,8491%
Banrisul	CDB Automático Mensal	1.646	1.397	(i)	(i)

Total Caixa e Equivalentes de Caixa	4.971	3.677
-------------------------------------	-------	-------

(i) Investimento contratado na modalidade Pós-Fixada DI. Resgates Antecipados (automático) sujeitam-se a percentuais compatíveis com o prazo de permanência da aplicação até o limite de 103% do DI.

3.4 Estoques

Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem o seu valor recuperável. O custo de aquisição abrange o preço de compra, tributos não recuperáveis, transporte e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição, deduzidos de descontos comerciais e abatimentos.

Estoques	31/12/2021	31/12/2020
Peças e acessórios	2.996	3.075
Combustíveis e lubrificantes	536	366
Outros estoques	231	256
Total	3.763	3.697

3.5 Depósitos judiciais

Contabilizados os valores dos depósitos correspondentes aos processos judiciais nas áreas trabalhista e cível, em tramitação na justiça.

Depósitos Judiciais	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	6.827	6.270
Cíveis	1.097	500
Total	7.924	6.770

3.6 Ajuste ao valor presente

O CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis estabeleceu que os ativos e passivos devem ser ajustados pelo seu valor presente. Na avaliação da Administração os componentes de curto e longo prazo da Companhia não são passíveis de ajuste a valor presente.

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração efetuou análise sobre a capacidade de recuperação de valores registrados no ativo imobilizado, com o objetivo de identificar a existência de ativos que possam ter sofrido desvalorizações significativas. O resultado dessa análise revela que inexistem situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por venda ou por uso. Em 31/01/2022 recebemos o LAUDO nº 0077/2021 – "IMPAIRMENT TEST" realizado pela empresa Controle Assessoria, Projetos e Gestão de Ativos LTDA, cujo resultado foi a inexistência de desvalorização de ativos contabilizados, com a seguinte conclusão:

"Não se verificou evidências claras na data do balanço patrimonial de 30 de Novembro de 2021 de desvalorização de ativos não financeiros. Diante disso, não identificamos a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável para ativos não financeiros avaliados, ou seja: registro de provisão para perdas na realização decorrente do teste de impairment".

3.8 Bens mantidos para venda

Contabilizados os valores dos ônibus retirados da frota operacional, em sua maioria, com doze anos ou mais de vida útil, mensurados pelo valor contábil, o qual é menor do que o valor justo menos as despesas de venda. O saldo foi transferido do Patrimônio (Ativo Não Circulante) para Direitos Realizáveis (Ativo Circulante).

3.9 Imobilizado e intangível

Registrados ao custo de aquisição e/ou formação, deduzidos das depreciações/amortizações acumuladas. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação federal e municipal e que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A empresa adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas e efetua periodicamente revisões do prazo de vida útil econômica de seus bens no ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme demonstrado na nota 3.9.1 – Mudanças na Estimativa Contábil, foram alteradas as taxas anuais de depreciação de Ônibus 12 anos – de 10% para 8,33%, e de ônibus 13 anos – de 10% para 7,69% de forma prospectiva.

A conta Terrenos foi registrada pelo valor justo com base em laudo de avaliação subscrito por avaliador qualificado profissionalmente. O efeito da mais valia, no total de R\$ 9.042, foi reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido da empresa, no exercício de 2010. Os tributos incidentes sobre a mais valia perfazem o montante de R\$ 3.074.

Imobilizado	Taxa Deprec.	Saldo 31/12/2020	Adição	Baixa	Transf.	Saldo 31/12/2021
Terrenos		11.290				11.290
Prédios	4%	5.753	71	(19)		5.805
Instalações	10%	622	56	(13)	1.995	2.660
Ônibus 12 Anos	8,33%	132.539	169	(291)	(897)	131.520
Ônibus 13 Anos	7,69%	42.924	98	(35)		42.987
Veículos auxiliares	20%	531			1.037	1.568
Maq. e equipamentos	10%	1.499	178	(94)	-	1.583
Equip. administrativos	10% e 20%	11.250	51	(94)	-	11.207
Imobiliz. andamento		1.824	1.994		(1.994)	1.824
Sub-total		208.232	2.617	(546)	141	210.444
(-) Depreciações		(117.103)	(11.592)	510	(141)	(128.326)
Total		91.129	(8.975)	(36)	-	82.118

Intangível	Taxa Deprec.	Saldo 31/12/2020	Adição	Baixa	Transf.	Saldo 31/12/2021
Software	20%	418				418
Marcas e patentes		4				4
Sub-total		422				422
(-) Amortização		(387)	(8)			(395)
Total		35	(8)			27

3.9.1 Imobilizado e intangível – Mudança na Estimativa Contábil

A partir do início do exercício de 2018 a Companhia alterou a estimativa contábil de vida útil de ativos depreciables classificados na conta ônibus, em consonância ao Decreto Municipal 12.422, de 14 de Junho de 2018, o qual alterou a vida útil para a execução do serviço público de Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre, segundo os seguintes critérios:

I - para os veículos das categorias leve, pesada e trucada, a vida útil máxima fica estabelecida em 12 (doze) anos (ônibus normais);

II - para os veículos da categoria especial, a vida útil fica estabelecida em 13 (treze) anos (ônibus articulados);

O reconhecimento dos efeitos desta alteração na estimativa contábil foi prospectivo, isso significa que foi aplicada a partir da data da mudança na estimativa. A mudança nesta estimativa contábil afeta a depreciação do período corrente e de cada um dos futuros períodos durante a vida útil remanescente desses ativos.

O efeito da mudança relacionada com o exercício de 2020 representou uma redução no montante de R\$ 542 (quinhentos e quarenta e dois mil reais) mensais na despesa com depreciação da Companhia. Abaixo quadro com a estimativa mensal de redução na despesa com depreciação da Companhia para os próximos exercícios sociais subsequentes em decorrência dessa mudança:

Exercício	Estimativa em milhares R\$
2020	542
2021	567
2022	636
2023	800

3.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades fim da Companhia, sendo classificadas como passivos circulantes. São demonstrados por seu valor conhecido ou exigível e registrados de acordo com o regime de competência, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício.

Fornecedor	31/12/2021
Ipiranga produtos de petroleo S/A	2.794
Green Card S/A	838
Centro Clinico Gaucho Ltda	441
Mecasul Auto Mecanica S/A	165
Dipesul Veiculos Ltda	118
Orbid S/A	100
Companja de Processamento de Dados do Município	94
Demais fornecedores	943
Total	5.493

3.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, e a seguir passam a ser mensurados pelo custo amortizável, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, incorridos até as datas dos balanços. Correspondem a financiamentos para renovação de frota ou capital de giro, todos com garantia de caução de duplicatas, avais e alienação fiduciária.

Banco	Juros %a.a	Saldo em 31/12/2021		Saldo em 31/12/2020		Vcto.		
		Curto prazo	Longo Prazo	Curto prazo	Longo Prazo			
Banco Moneo	6%	41	(1)	85	(5)	41 (1) jun/22		
Banco Volvo	6%	1.965	(56)	-	2.261	(178)	1.966 (56) nov/22	
Banco Volvo	6%	1.440	(51)	116	-	1.521	(132)	1.556 (51) jan/23
VOLVO CCB 822243	1,15%a.m	-	-	-	362	(25)	-	mar/21
CEF CONTR 1825157760000001-94	4,20% + 100%CDI	9.703	(5.164)	53.415	(18.619)	6.134	2.730	48.225 (10.783) mar/30
Total		13.149	(5.272)	53.531	(18.619)	10.363	(3.070)	51.788 (10.891)

3.12 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Companhia Carris Porto-Alegrense está obrigada à tributação pelo Lucro Real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes. No Período de 2021 não se apurou base de cálculo positiva para constituição de provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.

3.13 Obrigações sociais e trabalhistas e Provisões Trabalhistas

3.13.1 Obrigações sociais e trabalhistas

As contas a pagar com obrigações sociais e trabalhistas são obrigações com encargos sociais e folha de pagamentos classificadas como passivos circulantes.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações sociais	3.780	4.203
Obrigações com pessoal	1.735	1.721
Total	5.515	5.924

3.13.2 Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas referem-se às provisões de férias e os respectivos encargos calculados até a data de encerramento do período.

Provisões Trabalhistas	31/12/2021	31/12/2020
Provisões Férias	5.668	7.287
Provisão de Encargos s/Férias	1.161	1.418
Total	6.829	8.705

3.14 Obrigações tributárias

As contas a pagar com tributos são obrigações oriundas das atividades operacionais da Companhia.

Obrigações Tributárias	31/12/2021	31/12/2020
IRRF	329	341
ISSQN	5	12
PIS	1	-
COFINS	1	-
Outros Tributos	3	5
Total	339	358